



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O CONSÓRCIO ÓTIMO DE BILHETAGEM ELETRÔNICA.

Livro nº: 178

Data: 14/04/16

PROCESSO: 01.104.581-15-69

Instrumento Jurídico:

O Município de Belo Horizonte, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, presentes o Secretário Municipal Adjunto de Assistência Social, Marcelo Alves Mourão, e o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha, doravante denominado **CONTRATANTE** e o Consórcio Ótimo de Bilhetagem Eletrônica, estabelecido nesta Capital, na Rua Aquiles Lobo, 504, 6º andar, Bairro Floresta, inscrito no CNPJ sob o nº 10.426.715/0001-64, neste ato representado por seu Diretor Administrativo, Alexsander Antônio Silveira, empresário, CI nº MG-4.011.620 SSP/MG, CPF nº 801.463.766-68, doravante denominado **CONTRATADO**, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços em conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e Decreto Municipal 10.710/01, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é firmado mediante inexigibilidade de licitação, com fulcro no *caput* do artigo 25, I, da Lei Federal nº 8.666/93, com os pareceres e informações constantes no processo nº 01-104.581-15-69.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1. O fornecimento ora ajustado atende ao disposto no Ato Complementar SETOP nº 16, de maio de 2009 (Anexo I), e será feito nas quantidades e sob as especificações constantes da Cláusula Segunda e de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento.
- 2.2. Os vales sociais fornecidos terão validade pelo prazo de dois meses, a partir da data de sua emissão.
- 2.3. Os vales não utilizados durante o seu período de validade poderão ser trocados junto ao CONTRATADO, mediante a apresentação do comprovante de compra, durante os 2 (dois) meses seguintes ao término de sua validade.
- 2.4. A gerência responsável pelo serviço estima que teremos uma demanda de 8760 passagens ao ano, para pessoas carentes atendidas nos plantões sociais regionais e abrigos. Devido à particularidade de nosso público, não podemos garantir uma uniformidade da demanda mensal das passagens, que é variável, nem o valor unitário das passagens, uma vez que não temos de antemão para qual cidade se destina o usuário. Tomando por base o valor total destinado ao contrato, estimamos a demanda conforme quadro abaixo, podendo esta variar de forma que não prejudique o funcionamento dos serviços:

QUANTIDADE MENSAL	Nº DE MESES	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL ESTIMADO (R\$)
Em torno de 730 passagens, variando conforme demanda dos serviços.	12	Em torno de 8760 passagens.	Varia conforme destino do usuário (imprevisível)	R\$ 5.206,00
TOTAL ANUAL DISPONÍVEL PARA O CONTRATO:				R\$ 62.472,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviço de fornecimento de Vale Social de Transporte Metropolitano – ‘Vale Social’ – pelo CONTRATADO, destinado ao deslocamento de usuários no serviço de transporte coletivo metropolitano da RMBH, atendidos pelos diversos serviços sociais desenvolvidos e administrados pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O CONSÓRCIO ÓTIMO DE BILHETAGEM ELETRÔNICA.

PROCESSO: 01.104.581-15-69

CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR DO CONTRATO

5.1. O presente contrato tem valor mensal em torno de R\$ 5.206,00 (cinco mil, duzentos e seis reais), totalizando o valor anual de R\$ 62.472,00 (sessenta e dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais) oriundos do FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social).

5.2. O valor global foi obtido reajustando-se em 12,89% o valor anteriormente contratado, de R\$ 55.338,89 (cinquenta e cinco mil, trezentos e trinta e oito reais e oitenta e nove centavos), conforme resolução nº 041 de 29 de dezembro de 2015, publicada no Minas Gerais em 30/12/2015.

5.3. O presente contrato, se necessário, será atualizado monetariamente conforme disposto no Ato Complementar SETOP nº 16, de maio de 2009 (Anexo I), no Diário Oficial do Estado (DOE).

CLÁUSULA SEXTA: DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado pela Gerência Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social em até 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento do Recibo de Compra, como condição para a retirada dos valores em tarifas sociais.

6.2. A Unidade Administrativa designará um agente público para a função operacional de fiscal de contrato, através de portaria, nos termos do Decreto Municipal nº 15.185 de 4 de abril de 2013, para o quantitativo anual.

6.3. No Recibo de compra, estará identificado o servidor encarregado pelo recebimento e distribuição das tarifas sociais, nomeado para a função operacional de fiscal do contrato, conforme estabelecido pelo Decreto Municipal nº 15.185 de 4 de abril de 2013.

6.4. O valor faturado será o correspondente à quantidade entregue ao preço da tarifa vigente que deverá ser destacada na Nota Fiscal/ Fatura.

6.5. O CONTRATADO deverá emitir recibo sequencialmente numerado, em duas vias, uma das quais ficará em poder da CONTRATANTE, no qual serão identificados a quantidade de vales vendidos e os dados do respectivo comprador.

6.6. A CONTRATANTE deverá retirar o "Vale Social" na Rua Aquiles Lobo, nº 504, Térreo, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, de 2ª feira a 6ª feira, de 09 às 17 horas, exceto feriados.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo relacionadas, relativas ao exercício corrente ou por dotações equivalentes, nos exercícios posteriores.

1011.0056.08.244.019.2405.0002 3.3.90.48-01 Fonte: 03.40

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Garantir a qualidade e a autenticidade do material fornecido, comprometendo-se a realizar a substituição dos vales sociais que não atenderem ao padrão de qualidade no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação da CONTRATANTE.

8.2. Cumprir rigorosamente as normas fixadas no Ato Complementar nº 16/2009 SETOP.





PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O CONSÓRCIO ÓTIMO DE BILHETAGEM ELETRÔNICA.

PROCESSO: 01.104.581-15-69

8.3. Responsabilizar-se pelo pagamento de quaisquer encargos e tributos decorrentes ou incidentes sobre a emissão e comercialização do "Vale Social", cujo fornecimento é objeto deste Contrato.

8.4. Substituir o produto entregue e aceito, desde que comprovada pela CONTRATANTE a existência de vício ou defeito oculto, má-fé em qualquer circunstância do fornecimento, bem como alterações de impressão acarretadas pelo simples manuseio ou depósito dos vales, que venham lhes comprometer a integridade.

8.5. Fornecer ao CONTRATANTE, durante a vigência do contrato e nas quantidades requisitadas pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, os Vales Sociais de Transporte metropolitanos, "Vales Sociais" numerados em ordem sequencial.

8.6. Entregar, juntamente com o material fornecido, 01 (uma) via do recibo, acompanhado da Nota de Empenho, quando solicitada, sob pena de não se processar o pagamento.

8.7. Respeitar e cumprir, durante a execução do contrato, as obrigações assumidas, preservando todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

8.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.9. Manter as condições de regularidade fiscal exigida na contratação durante toda a execução do contrato.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. A Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social será responsável para solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento e distribuição dos Vales Sociais de Transporte Metropolitanos – "Vales Sociais".

9.2. Notificar o CONTRATADO, fixando-lhe prazo não inferior a 48 (quarenta e oito) horas, para correção das irregularidades ou deficiências detectadas no fornecimento.

9.3. Conferir e dar aceite no recibo emitido pelo CONTRATADO.

9.4. Cumprir e fazer cumprir as normas de utilização do "Vale Social" fixadas no Ato Complementar nº 16/2009 SETOP (Anexo I), cuja cópia recebe neste ato e de cujo conteúdo se declara ciente.

9.5. Valer-se das prerrogativas que lhe conferem o art. 58 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do CONTRATADO, sujeitando-o às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa nos seguintes percentuais:

a) Multa diária de 0,3% (zero vírgula três décimos por cento) do valor da nota de empenho por atraso injustificado de até 15 (quinze dias) na execução da obrigação;

b) Multa de 3% (três por cento) do valor da nota de empenho por inexecução parcial da obrigação;

c) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento total da obrigação contratual.

10.1.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme disposto no inciso III, art. 87 da Lei 8.666/93.



SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O CONSÓRCIO ÓTIMO DE BILHETAGEM ELETRÔNICA.

PROCESSO: 01.104.581-15-69

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2. A penalidade de advertência prevista no subitem 10.1.1. será aplicada pela Gerência Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, de ofício ou mediante proposta do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato.

10.3. Multa prevista no subitem 10.1.2. será aplicada pela Gerência Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, ficando facultada a defesa prévia do CONTRATADO no respectivo processo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir de sua notificação.

10.4. Penalidade de suspensão temporária prevista no subitem 10.1.3 será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto de Gestão Administrativa, facultada a defesa do CONTRATADO no respectivo processo, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da abertura de vista.

10.5. Penalidade de declaração de inidoneidade prevista no subitem 10.1.4 será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto de Gestão Administrativa, facultada a defesa do CONTRATADO no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da abertura de vista.

10.6. As multas não têm caráter compensatório, são independentes e cumulativas, e não eximem o CONTRATADO da plena execução dos trabalhos contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RECISÃO E DA DENÚNCIA

11.1. As partes poderão rescindir o presente contrato, independentemente de procedimento judicial, nos seguintes casos:

11.1.1. Caso uma das partes venha a ceder, transferir ou caucionar a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações contratuais, sem prévia autorização da outra, por escrito;

11.1.2. Por inadimplemento de quaisquer disposições contratuais, por qualquer das partes;

11.1.3. Mediante comum acordo entre as partes;

11.1.4. Pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o tornem formal ou materialmente inexecutável;

11.1.5. Por ato unilateral do CONTRATANTE, devidamente justificado quando o interesse público assim o exigir, sem indenização ao CONTRATADO, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

11.1.6. Denunciado a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

11.2. Rescindido e/ou denunciado o presente contrato, por quaisquer dos motivos enunciados nos itens anteriores, a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social proceder-se-á ao levantamento financeiro para efeito de encerramento de contas e ressarcimento de importâncias porventura devidas ao CONTRATADO, sem prejuízo da prestação de serviços então realizada.

11.3. Por descumprimento da CLÁUSULA SEGUNDA deste presente instrumento, o CONTRATANTE proceder-se-á ao levantamento financeiro, para efeito de encerramento de contas e ressarcimento de importâncias devidas ao CONTRATADO, relativo ao término da etapa concluída, sem que este faça jus a qualquer indenização, seja por qual título for, em razão da não realização da etapa seguinte da prestação pactuada.





PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O CONSÓRCIO ÓTIMO DE BILHETAGEM ELETRÔNICA.

PROCESSO: 01.104.581-15-69

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O CONTRATADO não poderá ceder ou subcontratar, total ou parcialmente, a terceiros, em nenhuma hipótese, o objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

A validade deste Contrato depende da sua publicação em extrato, no Diário Oficial do Município, a ser providenciada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte/Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas e litígios decorrentes do cumprimento deste contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2016.

Camilo Cândido de Araujo Junior - BM 105.553-2
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro
SMATES/SMF

Pedro Meneguetti
Secretário Municipal de Finanças

Rúsel Beltrame Rocha
Procurador Geral do Município

Ana Flávia S. Patrus de Souza - BM 113.200-6
Procurador Geral Adjunto Administrativo Consultivo
OAB/MG 98.000

Marcelo Alves Mourão
Secretário Municipal Adjunto de Assistência Social

Alexsander Antônio Silveira
Diretor Administrativo – Consórcio Ótimo de Bilhetagem Eletrônica





PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CE-
LEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O CONSÓRCIO
ÓTIMO DE BILHETAGEM ELETRÔNICA.

PROCESSO: 01.104.581-15-69

ANEXO I

MINAS GERAIS EM 21/05/2009

DIÁRIO DO EXECUTIVO SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS – DER ATO COMPLEMENTAR AO RSTC Nº 016, DE 20 DE MAIO DE 2009.

Institui e regulamenta o vale social de transporte metropolitano.

O SUBSECRETÁRIO DE TRANSPORTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS - SETOP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 114 do Decreto nº 44.603, de 22 de agosto de 2007, que contém o Regulamento do Serviço de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal e Metropolitano do Estado de Minas Gerais; considerando o Ato Complementar ao RSTC nº 014, de 30 de janeiro de 2009, e as condições estabelecidas no Anexo II do Edital nº 001/2007 para a Concorrência Pública para Concessão de Serviço de Transporte Público,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Vale Social de Transporte Metropolitano como forma de pagamento para o deslocamento no Serviço de Transporte Coletivo Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, exclusivamente nos programas sociais desenvolvidos por órgãos públicos.

Art. 2º O Consórcio ÓTIMO de Bilhetagem Eletrônica - Consórcio ÓTIMO será responsável pela emissão, comercialização e resgate do Vale Social de Transporte Metropolitano.

§ 1º No Vale Social de Transporte Metropolitano emitido na forma de cupom deverá estar impresso sua validade, numeração sequencial e tarifa vigente.

§ 2º O Vale Social de Transporte Metropolitano será emitido mensalmente com validade de 2 (dois) meses.

§ 3º Os vales não utilizados durante o seu período de validade poderão ser trocados, mediante apresentação do comprovante de compra, durante os 2 (dois) meses subsequentes ao fim de sua validade.

§ 4º Em caso de reajuste tarifário o Vale Social de Transporte Metropolitano continuará sendo aceito até o fim de sua validade e, obedecidas as regras estabelecidas no §3º deste artigo, poderá ser trocado considerando-se, para este efeito, o seu valor de face.

Art. 3º O Consórcio ÓTIMO deverá comprovar a venda do Vale Social de Transporte Metropolitano mediante emissão de recibo sequencialmente numerado, em duas vias, uma das quais ficará em poder do comprador, onde serão identificados a quantidade de vales vendidos e o respectivo comprador.

Art. 4º O Vale Social de Transporte Metropolitano não possui as características do vale-transporte estabelecidas pela legislação federal.



SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O CONSÓRCIO ÓTIMO DE BILHETAGEM ELETRÔNICA.

PROCESSO: 01.104.581-15-69

Art. 5º O Consórcio ÓTIMO fica obrigado a fornecer à SETOP, até o dia 10 (dez) de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente, a quantidade de Vale Social emitidos e comercializados no mês anterior.

Art. 6º O Consórcio ÓTIMO poderá promover a troca ou a substituição dos Vales Sociais de Transporte Metropolitano já comercializados, sem ônus para os interessados, sempre que se fizer necessário ou para garantia da segurança do Sistema, devendo a troca ser amplamente divulgada.

Art. 7º Este Ato Complementar ao RSTC entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.



